

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 Edições, 2018, 80p.

NECROPOLÍTICA, RESISTÊNCIA, SACRIFÍCIO E TERROR

NECROPOLITICS, RESISTANCE, SACRIFICE AND TERROR

Valéria Lima Bontempo¹

Introdução

Necropolítica, de Achille Mbembe, datado de 2003, aborda a política da morte e destaca as noções de biopoder, soberania e estado de exceção. No Brasil, o texto foi publicado em 2018 pela n-1 edições. O filósofo e cientista social camaronês Mbembe, nascido em 1957, se tornou referência para os estudos do pensamento pós-colonial, pois suas obras contribuem para romper com as visões eurocêntricas sobre a história e ajudam a compreender o mundo contemporâneo.

Mbembe mostra que a morte, enquanto objeto de gestão, foi apropriada pelo poder político. Na necropolítica, cabe ao poder político apontar quem deve morrer. Cabe, ainda, administrar situações que levem à morte. Isto ocorre porque certos territórios seguem permanentemente submetidos ao controle das condições necessárias para a sobrevivência dos indivíduos. A necropolítica não é fenômeno isolado; está interligada à própria reprodução do capitalismo na contemporaneidade.

É obra fundamental para a oxigenação dos movimentos que fazem resistência ao capitalismo em sua versão neoliberal. As análises de Mbembe se mostram potentes para decifrar o lugar que o racismo estrutural ocupa nos processos de eliminação de todos os descartados e os excluídos do sistema capitalista - moradores da periferia, negros, desempregados e refugiados. O agravante da situação é o fato de a necropolítica incluir atores que não estão personalizados apenas no Estado e que, em conjunto ou não com o aparelho estatal, também se tornam responsáveis pela gestão da morte dos indivíduos.

As obras de Mbembe dialogam com autores da tradição filosófica, como Frantz Fanon, Carl Schmitt, Karl Marx, Michel Foucault e Giorgio Agamben. Sua abordagem parte da

¹ Mestre em Filosofia pela UFMG. Professora de Filosofia da PUC-MG.

atualização da noção de biopoder de Foucault, enquanto instrumento de controle que o Estado exerce sobre o corpo dos indivíduos. O filósofo explicita, entretanto, que a ideia de biopoder é insuficiente para compreender as formas contemporâneas de submissão da vida ao poder da morte. Seu ensaio, que parte do pressuposto de que a soberania na atualidade consiste no poder e na capacidade de determinar quem pode viver e quem deve morrer, foi subdividido em cinco: *Política, o trabalho da morte e o 'devenir sujeito'; o biopoder e a relação de inimizade; necropoder e ocupação colonial na modernidade tardia; máquinas de guerra e heteronomia; e de gesto e do metal.*

Necropolítica, soberania e biopoder

Mbembe retoma a definição de biopoder de Michel Foucault (1926-1984), enquanto “domínio da vida sobre o qual o poder estabeleceu o controle” (p. 6). Ele atualiza o conceito, pois o controle exercido pela necropolítica não incide somente sobre a vida, mas também sobre medidas que produzem a morte, indicando, inclusive, quem deve morrer. Algumas perguntas direcionam seu ensaio. Quais as condições em que o poder de deixar viver e de matar são exercidas? Quem põe a “lei” em prática e como as pessoas condenadas à morte se opõem aos seus assassinos? Se a guerra se torna o mecanismo mais usado pela política, como a vida, a morte e o corpo humano estão inscritos no campo do poder? (p. 7).

Biopolítica e soberania têm sua origem no projeto da modernidade, o qual utiliza o conceito de razão para a produção de normas gerais para os indivíduos, que devem ser considerados livres e iguais. Nesse contexto, a política é definida como “projeto de autonomia e a realização de acordo em uma coletividade mediante comunicação e reconhecimento. É isso (...) que a diferencia da guerra” (p. 9). A partir da modernidade, a razão ocupa toda uma centralidade. Basta ver que a política será a efetiva expressão da razão na esfera pública. E o sujeito também terá sua verdade, a qual deverá ser alcançada por meio da razão.

A ideia de soberania entra em cena porque está ancorada na crença de que o sujeito pode ter controle de si e do seu significado. “Soberania é, portanto, definida como duplo processo de ‘autoinstituição’ e ‘autolimitação’ (...) O exercício da soberania (...) consiste na capacidade da sociedade para a autocriação pelo recurso às instituições inspirado por significações específicas sociais e imaginárias” (p. 10). Mbembe aponta, no entanto, que essa noção não cumpre sua função de buscar a autonomia, mas realiza “a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material dos corpos humanos e populações” (p. 11). Assim, a política, a

soberania e o próprio sujeito se colocam na contramão da proposta filosófica da modernidade, já que a razão é substituída pela destruição, pela morte.

Em *Biopoder e a relação de inimizade*, o filósofo destaca que a soberania tem o direito de matar como sua maior expressão e retoma o conceito de biopoder de Foucault enquanto controle exercido sobre a vida e o relaciona com as ideias de Estado de exceção e Estado de sítio, porque a legalização do direito de matar é forjada, tanto a partir do Estado de exceção, como de um Estado de sítio, pois ambos atuam mediante situações extraordinárias e de emergência. Na perspectiva de Foucault, o biopoder se mostra como exercício do poder que determina quem deve morrer e quem deve viver e esse fato pressupõe a separação dos indivíduos em grupos. Trata-se de dividir a população em subgrupos conforme critérios biológicos, processo nomeado por Foucault como “racismo”. Na racionalidade do biopoder, não só a questão de classe, mas também a da raça que justificou a dominação e a desumanidade de estrangeiros. Foucault defende que “a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado” (p.18). Esse direito soberano de matar se manifesta nos Estados modernos e o Estado nazista seria um exemplo.

O sistema de plantation e o terror

Outra dimensão para analisar o surgimento do terror na modernidade é a escravidão, primeira expressão do poder biopolítico, e Mbembe destaca o sistema de *plantation*, estrutura político-jurídica de manifestação emblemática e paradoxal do Estado de exceção. Marcado por grande crueldade, nesse sistema, o senhor é proprietário do escravo. Nessa condição, este aparece como aquele que tem três tipos de perda: a perda de um lar, a perda dos direitos em relação ao seu corpo e a perda do seu estatuto político.

Na escravidão não há reciprocidade “fora das possibilidades de rebelião e suicídio, evasão e queixa silenciosa e, certamente, não há qualquer unidade gramatical da fala suscetível de ligar-se à razão comunicativa” (p. 28). A condição de escravo gera uma contradição entre a liberdade de propriedade e a liberdade da pessoa, já que um indivíduo tem o poder sobre a vida do outro.

Um segundo paradoxo do sistema de *plantation* é que o escravo apresentará uma percepção distinta em relação a ele mesmo, ao trabalho e ao tempo. O ponto é que a raça se torna determinante para um tipo de terror decorrente da concatenação entre biopoder, Estado de exceção e Estado de sítio. Nesse momento, a seleção das raças, a proibição dos “casamentos

mistos, a esterilização forçada e até mesmo o extermínio dos povos vencidos foram testados pela primeira vez no mundo colonial” (p. 32).

Mbembe pergunta se as tecnologias de terror do nazismo têm sua origem na *plantation* ou na colônia ou até mesmo se o stalinismo e o nazismo expressam a ampliação de uma “série de mecanismos que já existiam nas formações sociais e políticas da Europa ocidental, [como] subjugação do corpo, regulamentações médicas, darwinismo social, eugenia, teorias médico-legais sobre hereditariedade, degeneração e raça” (p. 32). Para o autor, a questão é que permanece no pensamento e na prática da modernidade, e no ideário político da Europa, a ideia de que a colônia é o espaço onde a soberania, enquanto o exercício de um poder desconsidera a lei e promove uma guerra sem fim, ainda que sob o argumento de almejar a paz.

A necropolítica e a ocupação colonial

Em *Necropoder e ocupação colonial na modernidade tardia*, Mbembe defende que, no passado, em estruturas imperiais, a violência na ocupação colonial mostrou ser “a forma original do direito, e a exceção proporciona a estrutura da soberania” (p. 38). Várias foram as tecnologias usadas nesse processo de controle físico e geográfico no território conquistado, como extração de recursos naturais, transporte fluvial e ferroviário, estabelecendo hierarquias, subvertendo os regimes de propriedade e classificando as pessoas.

De acordo com o filósofo Frantz Fanon (1925-1961), na ocupação colonial opera um poder de morte. Nesse espaço do colonizado não há interesse em relação a como se nasce nem como se morre. Atribui-se uma péssima reputação aos que moram nesse local marcado pela fome e pela não satisfação de outras necessidades básicas.

Fanon aponta algumas características do funcionamento do terror nomeado de necropoder. A primeira delas é a proibição ao acesso à determinadas zonas e à expansão de assentamentos para evitar qualquer movimentação das pessoas, bem como efetivar a segregação nos moldes do Estado do *apartheid*. Nesses territórios de ocupação, há uma vigilância interna e externa de seus espaços. A segunda característica diz respeito à infraestrutura, organizada de modo que as estradas, os túneis e as pontes permitam vigilância completa sobre quem transita por elas. A terceira característica de “inabilitação do inimigo é a da terra arrasada (*bulldozer*): demolir casas e cidades; desenraizar as oliveiras; crivar de tiros tanques de água; bombardear e obstruir comunicações eletrônicas; escavar estradas; destruir transformadores de energia elétrica” (p. 47).

A necropolítica e as máquinas de guerra

Em *Máquinas de guerra e heteronomia*, o autor afirma que as guerras contemporâneas não podem ser compreendidas por categorias como de “guerra justa ou injusta” ou mesmo por teorias relacionadas à “violência contratual.” Zygmunt Bauman (2001) esclarece que as guerras atuais são “ataques-relâmpago” com a meta de não adquirir, conquistar, “anexar” ou mesmo administrar um território. Na atualidade, o foco das guerras é a submissão do inimigo.

Na atualidade, o direito de matar não está mais reservado ao Estado e ao seu exército regular. Na África, por exemplo, são as milícias urbanas, a segurança e os exército privados que detêm o monopólio para exercer o direito de praticar a violência ou de matar. São soldados-cidadãos, crianças-soldados, mercenários e corsários. Nesse processo, não importa quem vende ou quem compra a mão de obra militar.

Os filósofos Deleuze e Guattari afirmam que, junto a esses exércitos, surgem as “máquinas de guerra”, com capacidade de unir várias funções e com “características de uma organização política e de uma empresa comercial” (p. 55). As máquinas de guerra surgem na África, nas últimas décadas do século XX, com a extração e exportação de recursos naturais, possuindo ligações com rede transnacionais. Seu aparecimento está diretamente ligado “à erosão da capacidade do Estado pós-colonial de construir os fundamentos econômicos da ordem e autoridades políticas” (p.55).

Com o desgaste das habilidades do Estado, a partir dos anos 80, ocorrerá uma desvalorização monetária decorrente da hiperinflação em vários países. A primeira consequência desse processo é a diminuição do número de indivíduos, que dispendo de recursos materiais, usam da dívida para submeter seus dependentes. A segunda consequência da escassez geral de liquidez é que diante da incapacidade das instituições políticas, as máquinas de guerras mostraram-se muito eficientes para interferirem na formação das economias locais ou regionais. Com isso, a extração de recursos valiosos passa a ter toda uma relação com esses espaços, envolvendo a guerra e a morte. As máquinas de guerra incluem milícias ou movimentos rebeldes muito organizados e “taxam os territórios e as populações que os ocupam e se baseiam numa variedade de redes transnacionais e diásporas que os proveem com apoio material e financeiro” (p.58). Atuam tanto na exploração dos recursos naturais como na fixação das populações em determinado território, mesmo que esses espaços estejam fora das fronteiras de um Estado.

A lógica do mártir e a do sobrevivente

No último tópico de *Necropolítica, Do gesto e do mental*, Mbembe lembra a Palestina para mostrar a presença de duas lógicas: a do martírio e a da sobrevivência. Nelas, o terror e a morte estão entrelaçados e “o sobrevivente é aquele que, tendo percorrido o caminho da morte, sabendo o caminho dos extermínios e permanecendo entre os que caíram, ainda está vivo” (p. 62). O sobrevivente é aquele que vence o inimigo, consegue matá-los e escapa com vida. Assim, o nível mais baixo de sobrevivência é matar, justamente porque o sobrevivente é inimigo de todos os outros.

Já na lógica do mártir, a morte e o terror também estão interligados, mas se expressam de uma forma diferente. Tomando como exemplo o ‘homem-bomba’, nota-se que o seu corpo é uma espécie de máscara para camuflar uma arma que será acionada. O homem-bomba não mostra nenhuma arma. Seu próprio corpo é a arma, a qual poderá ser detonada em qualquer lugar. “Na perspectiva do “mártir”, a vontade de morrer se funde com a vontade de levar o inimigo consigo, ou seja, eliminar a possibilidade de vida para todos” (pág. 64). Especificamente, no caso do homem-bomba, sua morte segue junto com a morte do outro. “Homicídio e suicídio são realizados no mesmo ato. E em larga medida, resistência e autodestruição são sinônimos, matar é, portanto, reduzir o outro e a si mesmo ao estatuto de pedaços de carne inertes, dispersos e reunidos com dificuldade antes do enterro” (pág. 64).

O homem-bomba aponta uma tentativa de apropriar-se de sua própria morte, ainda que o “autossacrificado” mostre total submissão à morte. Seu poder advém da crença de que o fim do corpo não destruirá a continuidade do ser, já que ele é pensado como algo que estaria fora de nós. Mbembe afirma que, nessa situação, o autossacrifício elimina duas proibições: o suicídio e o assassinato.

Conclusão

Achille Mbembe, em *Necropolítica – Biopoder, soberania, Estado de exceção, política da morte*, afirma que a necropolítica diz respeito à subjugação da vida ao poder da morte e influencia decisivamente as relações entre resistência, sacrifício e poder. No desenvolvimento da noção de necropolítica, o autor mostra que a ideia de biopolítica é limitada para explicar as formas de submissão da vida à morte na atualidade. O poder político hoje cuida não só de medidas sobre como a vida deverá ser gerida, mas também se encarrega de fazer a gestão sobre como morrer e sobre quem deve morrer. Ele sugere a noção de necropolítica e necropoder para compreender como as armas de fogo são usadas para destruir um maior número possível de

peças e criar o que chamou de “mundos de morte.” O que há na realidade são grandes populações submetidas a “condições de vida que lhes conferem o estatuto de ‘mortos-vivos’” (p. 71). Mbembe sugere que o “necropoder embaralha as fronteiras entre resistência e suicídio, sacrifício e redenção, mártir e liberdade” (p. 71).

Mbembe, ao tratar da necropolítica, cumpre a função de mostrar sua relação com o neoliberalismo. A oposição entre dessas duas dimensões é apenas aparente, uma vez que a suposição neoliberal de valorização da potência, da criatividade, de empreendedorismo, de crença que todos podem alcançar o que desejam, não se concretiza. O que se vê na atual fase do capitalismo é que nem todos são e nem serão absorvidos pelo mercado de trabalho. Com isso, essa população que fica fora do sistema será alvo da necropolítica, a qual irá gerir condições mortíferas ou de sobrevida daqueles que estão desempregados, que se mostram improdutivos ou que vivem em situação de rua. Sua leitura é imprescindível para a compreensão da realidade brasileira contemporânea.

Recebido em 27/11/2020.

Aceito em 15/01/2021.